

Rio Melchior: Para Além da CPI, os Desafios Estruturais da Recuperação Ambiental.

Adauto Santos do Espírito Santo (*)

Desde a promulgação da Lei 14.026/2020, a qual estabeleceu uma suposta universalização nos serviços de água e esgotos até o ano de 2033, que talvez não ocorra nem em 2070, estamos sendo envolvidos em um mar de mentiras, tão sujo quanto os esgotos que não serão tratados.

Na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dedicou-se a investigar a degradação do Rio Melchior, um dos mais críticos passivos ambientais do DF. A iniciativa foi vital para trazer transparência e pressionar por soluções. No entanto, é importante alertar que o foco exclusivo em órgãos como a Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb) e na Eficiência da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Melchior pode ofuscar o cerne da questão: um modelo de ocupação do território insustentável, imposto à bacia hidrográfica.

O verdadeiro nó ambiental do Rio Melchior não é um único ponto de falha, mas uma sucessão de decisões políticas e planejamentos questionáveis que sobrecarregaram a capacidade de resiliência do ecossistema. A primeira e mais crucial foi a definição do GDF de destinar à bacia do Melchior uma carga populacional muito superior à sua capacidade de suporte. Essa densificação, por si só, gera uma pressão imensa sobre os recursos hídricos e o solo.

A alta impermeabilização do solo nestas regiões, combinada com o lançamento clandestino de esgotos em águas pluviais e até mesmo a falta de coleta de esgoto em alguns pontos, acrescido ao fato de que águas pluviais também levam resíduos sólidos (garrafas PET, isopor), óleos, graxas e contaminantes para o rio, são outros fatores graves.

Essa ocupação urbana intensa e, muitas vezes, desordenada, também proporciona a remoção da vegetação nativa do cerrado ao longo das margens do rio (mata ciliar), o que facilita o agravamento de processos erosivos e a contaminação direta por águas de chuva escoadas superficialmente.

Associada a isso, veio a decisão estratégica de transformar a ETE Melchior no receptor de esgotos de aproximadamente 40% da população do DF. Concentrar o tratamento de efluentes de uma parcela tão significativa do território em uma única ETE é um risco ambiental e operacional. Além disso, a escolha de instalar o aterro sanitário do DF em área contígua à Caesb na mesma região da ETE adiciona mais um fator de risco permanente de contaminação.

A permissão para atividades industriais de alto impacto, como a operação de abatedouros de animais com fiscalização deficiente, completa um cenário de "zona de sacrifício", onde a bacia recebe múltiplas fontes de poluição concentrada.

A Poluição Invisível e Perversa: A Questão Difusa

Paralelamente a esses macroproblemas, um inimigo mais silencioso e complexo corrói a saúde do rio: a **poluição difusa**. Diferente de um lançamento industrial identificável, ela é

dispersa e multifacetada, fruto da urbanização deficiente. Exemplos já citados anteriormente como a coleta de lixo deficiente, lançamentos clandestinos de esgoto nas galerias pluviais são agravadas com a falta de bacias de amortecimento e a baixa qualidade das próprias águas pluviais, o que significa que cada chuva se torna um evento de poluição em massa, assoreando e intoxicando os afluentes e o leito principal do Melchior.

Caminhos para uma Recuperação Integral

A recuperação do Rio Melchior exige, portanto, uma mudança de paradigma. Não basta ampliar ou aperfeiçoar a ETE, embora isso seja necessário. É preciso um plano integrado que enfrente as causas-raiz:

1. **Revisão do Modelo de Ocupação:** É imperativo conter novos adensamentos na bacia e revisar os planos diretores para promover a desconcentração populacional e a criação de corredores ecológicos. Concomitantemente é de fundamental importância prover todas as áreas já ocupadas de infraestruturas completas e ambientalmente sustentáveis, transformando as ARIS – Áreas de Regularização de Interesse Social em ocupações regulares dotadas de todos os serviços urbanos necessários.
2. **Descentralização do Saneamento:** Estudar a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental de novas estações de tratamento em outras bacias para reduzir a carga sobre o sistema Melchior, tornando-o mais robusto e menos vulnerável. Caso seja inviável, que sejam avaliadas melhorias operacionais na ETE a fim de ampliar sua eficiência de remoção de cargas orgânicas e de nutrientes, sempre avaliando a sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental.
3. **Controle Rigoroso das Fontes Industriais:** Implementar fiscalização contínua e efetiva, com exigência de tecnologias de tratamento de efluentes de ponta, especialmente para as indústrias já instaladas, reduzindo-se as contaminações no Rio Melchior.
4. **Combate à Poluição Difusa:**
 - Investimento massivo em drenagem urbana sustentável: implantação de parques lineares, jardins de chuva, bacias de retenção, dentre outras além dos sistemas coletores necessários em toda a bacia hidrográfica.
 - Campanhas de educação ambiental e fiscalização rigorosa para coibir ligações clandestinas de esgoto em águas pluviais e vice-versa, incluído a criação de estruturas exclusivas na Caesb e na Novacap para detecção e eliminação de lançamentos cruzados de efluentes (esgotos em águas pluviais e águas pluviais em esgotos).
 - Melhoria da coleta de resíduos sólidos e gestão de varrição e limpeza urbana, dentre outros.
5. **Remediação das Áreas Degradadas:** Um programa específico para recuperar as margens do rio e suas nascentes, com recomposição da mata ciliar, acrescido recuperação ambiental de todas as áreas desocupadas, garantindo a recuperação da vegetação da bacia e reduzindo as emissões de gases de efeito estufa.

A CPI do Rio Melchior teve o mérito de colocar o tema em evidência. Seu grande legado, no entanto, será se conseguir direcionar o olhar da sociedade e do poder público para além da superfície – para as decisões de planejamento territorial que, se não forem revistas, condenarão qualquer medida pontual ao fracasso. A salvação do Rio Melchior depende menos de encontrar um único culpado e mais de ter a coragem de repensar o modelo de desenvolvimento que colocou o rio – e sua população – nesta situação de risco.

(*) Engenheiro Civil, membro do Ondas e Abes/DF e conselheiro titular do CONAM representando a Abes/DF